

COMPLEXO PORTO SUL: UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE SUA CONCEPÇÃO E POSSÍVEIS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Gabriel Vieira Moreira

Graduando em Licenciatura em Geografia

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

e-mail: gabrielvieira103@hotmail.com

RESUMO

No atual período histórico - sob os ditames do modelo de produção capitalista - é sabido que as grandes corporações multinacionais atuam nos territórios de maneira a (re) organizá-los de acordo às suas lógicas de produção e, em diversos casos, em detrimento tanto de recursos naturais, bem como dos povos que habitam os territórios sob seu interesse. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve reflexão acerca do projeto de instalação do Complexo Porto Sul no município de Ilhéus-BA - litoral sul da Bahia - no esforço de se compreender o enredo que o fomentou, bem como a participação estatal nesse processo; elaborando uma projeção dos possíveis impactos sociais e ambientais de suas fases de construção e operação. Sendo que a metodologia que fundamenta esse trabalho, consiste num levantamento bibliográfico com o auxílio de mídias digitais para o desenvolvimento de uma análise teórica das temáticas elencadas, trazendo à tona questões pertinentes ao processo de apropriação do espaço pelo grande capital, a conivência do Estado em outorgar tal processo, assim como a caracterização ambiental e social da região estudada, identificando possíveis impactos a serem gerados. Dessa forma pôde-se inferir com o estudo, que o Complexo Porto Sul vai na contramão da preservação ambiental, cultural e social, haja vista as transformações territoriais que virão à tona com a sua existência, extinguindo a possibilidade de um desenvolvimento econômico menos devastador, e mais compatível com as potencialidades locais.

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

INTRODUÇÃO

As grandes corporações multinacionais por disporem de amplos poderes econômicos e políticos, agem nos territórios de maneira a (re) organizá-los de acordo às suas lógicas de produção, sendo tal processo, intrínseco aos ditames do modelo de globalização vigente. Observa-se ainda, que o Estado atua como colaborador direto e/ou indireto de projetos que beneficiam primariamente as grandes empresas, quando não atua como mero espectador da atuação destas, sobretudo das transnacionais, estas que concebem os recursos naturais como sendo inesgotáveis, portanto, passíveis de serem explorados ao máximo, utilizando-os irracionalmente como espaço para a incorporação de artefatos das mais variadas formas, volumes e especificidades, sendo por diversas vezes em desfavor do bem-estar social.

É nessa conjuntura de expropriação do espaço pelo grande capital, que emerge o projeto de construção do Complexo Porto Sul, suscitado para a exportação de minério de ferro a ser extraído da região oeste da Bahia, mais precisamente do município de Caetité, para o mercado internacional, revelando-se como um empreendimento que servirá aos interesses do grande capital, de modo que, os grupos empresariais privados serão os grandes favorecidos com a construção e operação deste empreendimento, este que será edificado numa Área de Proteção Ambiental; salientando desse modo, como se dá o poder de atuação do grande capital sobre o espaço, sendo nesse caso, altamente nocivo tanto para os recursos naturais, quanto para a população direta e indiretamente atingida.

CONTEXTO PARA INSTALAÇÃO DO COMPLEXO PORTO SUL, CARACTERÍSTICAS E CONTRADIÇÕES

Pertencente à microrregião Ilhéus-Itabuna, o município de Ilhéus, está localizado a cerca de 450 km ao sul da capital baiana Salvador. Banhado a leste pelo Oceano Atlântico, Ilhéus possui um litoral com cerca de 80 km de praias, conferindo-lhe um alto potencial balneário,

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

e que, somado às belezas continentais pertinentes à porção de Mata Atlântica e aos ecossistemas locais, torna a cidade altamente propícia ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo (ANDRADE, 2003).

Datada do período colonial, em que o território brasileiro era então dividido em capitanias hereditárias, Ilhéus reúne uma ampla riqueza histórica e cultural, divulgada mundial e principalmente pelos romances do escritor baiano Jorge Amado, que exaltava em suas obras, narrativas referentes à época auge da produção de cacau na cidade.

Foi através da produção de cacau, principalmente no início do século XX, que Ilhéus despontou como potência econômica, gerando muito lucro aos donos de roças de cacau, além de promover a construção de parte da infraestrutura urbana, como igrejas, prédios, residências, etc., fixadas até hoje à paisagem da cidade. Contudo, a partir da década de 80, a produção de cacau começou a entrar em declínio, devido dentre outros fatores, à queda dos preços no mercado internacional motivados pela expansão da cacauicultura no Sudeste da Ásia e, sobretudo, à disseminação do fungo (*Crinipellis pernicioso*) conhecido popularmente como "vassoura de bruxa", pelos cacauais, reduzindo drasticamente a produção do fruto (ANDRADE, 2003). Houve, por conseguinte, como reflexo dessa crise, desemprego em massa desembocando em outros problemas sociais como pobreza, favelização e violência. A partir de então, a economia ilheense gira principalmente em torno do Distrito Industrial, constituído principalmente por indústrias moageiras de cacau, e do polo de informática; além de serviços como o comércio e o turismo.

O projeto do Complexo Porto Sul foi então anunciado no ano de 2008, pelo Governo da Bahia e pela BAMIN (Bahia Mineração S.A.), empresa pertencente à transnacional ENRC (Eurasian Natural Resources Corporation), com o pretexto de ser a panacéia que trará não só para o município de Ilhéus, mas como para toda microrregião, a redenção em todos os níveis e segmentos socioeconômicos, alavancando a economia declinada outrora pela crise do cacau.

O projeto foi, a priori, suscitado para suprir a necessidade da BAMIN em escoar para o

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

mercado externo, o minério de ferro extraído da jazida situada no município de Caetité, localizada no oeste baiano, a cerca de 760 km de Salvador. Para viabilizar o transporte do minério de ferro da jazida até o porto, já está em fase de construção a FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), com 1.527 km de extensão e investimento previsto de R\$ 4,2 bilhões no período 2010/2014 e R\$ 33 milhões após 2014, a ser financiada com recursos do PAC (Plano de aceleração do Crescimento) do governo federal (VALEC, 2012). A ferrovia estabelecerá a comunicação terrestre entre o Porto Sul e os municípios baianos de Caetité e Barreiras, e Figueirópolis - TO, ponto de interligação desta com a Ferrovia Norte-Sul, o que possibilitará o escoamento de materiais diversos, produzidos em outras regiões do país através do futuro porto (VALEC, 2012). Está previsto ainda a construção de uma rodovia e um aeroporto de porte internacional para compor o arranjo logístico intitulado "Complexo Intermodal Porto Sul"¹.

Além da BAMIN, o complexo portuário também será explorado por empresas importadoras/exportadoras de cargas que constituirão a SPE (Sociedade de Propósito Específico), movimentando todo tipo de carga, desde graneis à contêineres; compreendendo uma área de 1,86 mil ha, decretada como sendo de utilidade pública através do Decreto 10.917/2008 (BAHIA, 2014) e com investimentos estimados em R\$ 3,3 bilhões, o projeto prevê a instalação do complexo portuário com dois TUP's (Terminal de Uso Privativo) na modalidade off-shore - píer de embarque construído fora da costa - a 3,5 km da costa, uma ponte de acesso marítimo e uma retroárea para armazenamento de cargas e infraestrutura para serviços e processos diversos, tendo o TUP da SPE a capacidade de movimentar 75 milhões de toneladas ao ano de graneis sólidos, carga geral e carga containerizada, de modo que o TUP da BAMIN, movimentará cerca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (BRASIL, 2014).

Segundo Santos (2001, p. 67) "nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores". Nesse contexto, o Complexo Porto Sul insere-se categoricamente dentro da lógica de domínio territorial, ampla e catastroficamente exercido pelas grandes empresas

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

transnacionais, onde o território nacional fica subordinado ao capital internacional, este que, dotado de amplos poderes acaba por influenciar a dinâmica dos territórios em que atua (SANTOS, 2001), caracterizando dentre outros fenômenos, o modelo de globalização que se faz presente no atual período histórico.

Esse empreendimento se associa à Lei N° 12.815 de Junho de 2013, (a Nova Lei dos Portos) que tem como objetivo, estimular a exploração das atividades portuárias pelo capital privado (BRASIL, 2013), ou seja, privatizar o setor portuário beneficiando as grandes empresas. Desse modo, tais empresas têm no Estado, o sustentáculo necessário para o êxito de seus intentos, este que, através de estratégias políticas, econômicas e ideológicas, intervém no território de maneira a primar o processo de acumulação do capital pelos grupos hegemônicos, relegando claramente demandas sociais básicas. Nesse sentido,

[...] a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS, 2001, p. 66).

Logo, torna-se vital perante a opinião pública, sobretudo das camadas populares - por ser a maioria e a mais impactada - a legitimação da ampla atuação do grande capital nos territórios por ele selecionados. Para isso, além de ser função inerente às empresas, fica também a cargo do Estado a função de promover todo um discurso de caráter publicitário-ideológico, configurando dessa maneira, um instrumento alienante eficaz, em prejuízo do debate civilizatório (SANTOS, 2001, p. 60), a fim de tornar legítima e necessária a atuação a qualquer custo das grandes empresas, mesmo que essa atuação desemboque em seríssimos danos sociais e/ou aos recursos naturais, como no caso do Complexo Porto Sul. Nesse sentido, o discurso desenvolvimentista é o mais difundido tanto por empresas quanto

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

pelo Estado, que propagandeiam a concepção de que a atuação das grandes corporações no território, seja qual for o ramo por elas explorado e como se pratica tal exploração, estaria intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de todas as camadas da sociedade, inclusive na mesma intensidade. Para tanto, todo um arsenal midiático é produzido e difundido para que a propaganda se torne acessível e compreensível a todos (as), seja ela radiofônica, televisiva, informática e/ou de cunho paisagístico, como no caso dos outdoors. Tal discurso publicitário-ideológico é inclusive reproduzido em audiências públicas, onde se apresenta o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) para a população; essas audiências deveriam suscitar, a priori, o debate sério e crítico, dialogando com a população através de uma linguagem acessível acerca dos projetos que as envolvem e não de maneira reducionista e apologética.

DOS IMINENTES IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Divulgado como sendo vital para desenvolvimento econômico da região, o Complexo Porto Sul, entretanto, implica negativamente em diversos impactos ambientais e sociais; relacionados em primeira instância com a localidade escolhida para sua instalação: localizado no distrito de Aritaguá, na zona norte do município de Ilhéus, ao sul do município de Itacaré-BA. A área em questão é de predomínio do bioma Mata Atlântica, que além de ser considerado um hotspot¹, foi também instituído pela UNESCO (Organizações das Nações Unidas Para Educação, a Ciência, e a Cultura) como Reserva da Biosfera², portanto, "Patrimônio da Humanidade", congregando ecossistemas terrestres e marinhos como restingas, manguezais, campos de altitude, banco de corais, etc. (ESPERANÇACONDURU, 2012).

Para ressaltar o caráter altamente predatório do empreendimento, destaca-se ainda que este será edificado de maneira a influenciar direta e prejudicialmente UC's (Unidades de Conservação) presentes no entorno e inclusive dentro do seu perímetro, a exemplo da APA (Área de Proteção Ambiental) da Lagoa Encantada e Rio Almada e do minicorredor

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

ecológico Esperança-Conduru, que conecta o Parque Municipal da Boa Esperança em Ilhéus ao Parque Estadual Serra do Conduru, abrangendo os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca-BA, e que, em escala nacional, estão inseridos no Corredor Central da Mata Atlântica (RIMA, 2011). Essa porção de Mata Atlântica presente no sul da Bahia é dotada de uma das mais ricas reservas de biodiversidade de espécies da fauna e flora do mundo, possuindo, por exemplo, o recorde mundial de espécies arbóreas por hectare, cerca de 456 espécies/ha, assim como alto grau de endemismo, a exemplo do mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e do macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternus*) espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo (ARAÚJO et al., 1998).

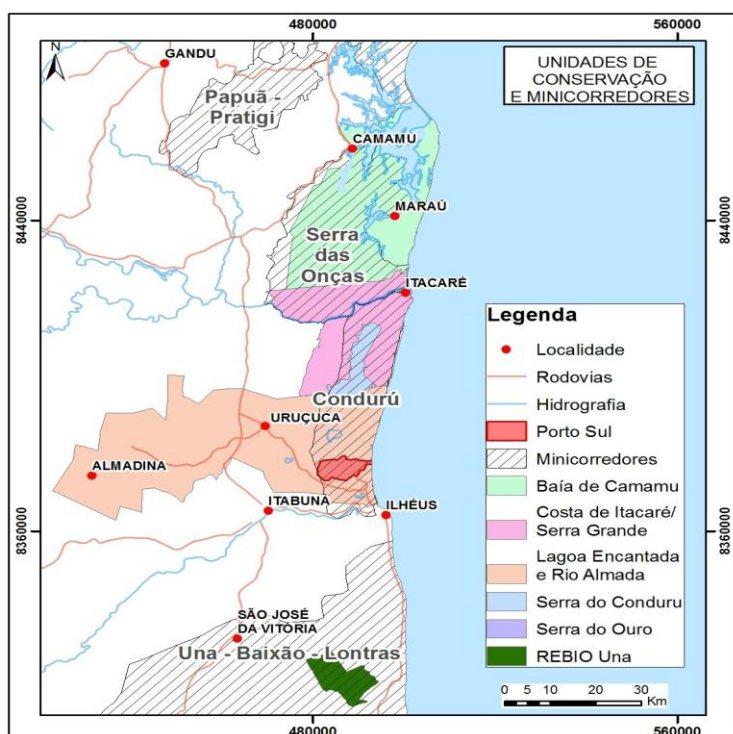


Figura 1: Unidades de Conservação no entorno e dentro do perímetro do empreendimento. Fonte: Hydros/Orienta, 2011.

Mesmo com a implementação de medidas mitigadoras a fim de se atenuar os danos

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

causados, a implantação de um empreendimento desse porte neste local é altamente funesta, pois no que se refere ao meio terrestre, haverá uma perda significativa da cobertura vegetal ocasionando a supressão de habitats da fauna, afugentando espécies ali existentes, além dos iminentes riscos de mortes de animais devido à atropelamentos (RIMA, 2011), ou seja, espécies endêmicas e em risco de extinção estarão vulneráveis a essa interferência que se projeta. O meio marinho também será impactado, já que a construção da estrutura marítima (ponte de acesso e píer de embarque/desembarque) acarretará dentre outros impactos, na alteração do regime de transporte de sedimentos costeiros ocasionando erosão na costa ao norte do porto, assim como riscos de colisão com mamíferos marinhos, interferência na reprodução de tartarugas-marinhas, contaminação e mortandade de comunidades bentônicas marinhas (RIMA, 2011). Entretanto, os danos ambientais não se restringirão apenas à fase de implantação do complexo portuário, manifestando também durante toda sua fase de operação, onde os impactos supracitados persistirão, além de outros que virão à tona, a exemplo da alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais devido à contaminação por efluentes gerados pela atividade retroportuária, bem como a emissão de material particulado de minério de ferro ou não nos solos, nos mananciais continentais, no oceano e no ar (RIMA, 2011).

Tem-se então, um paradoxo no que se refere à viabilidade locacional e operacional de um empreendimento desse porte e dessa natureza - sobretudo envolvendo atividades com minério de ferro - em um local de tamanha relevância como a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, já que conforme o art. 15 da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000:

Art.15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

Depreende-se então que, fundamentado na lógica da produção capitalista, o espaço adquire o caráter puramente mercantil, assim como qualquer outro produto disposto na sociedade contemporânea (CARLOS, 2011), na qual a usurpação do espaço - seja qual for sua relevância ambiental e/ou social - pelo grande capital torna-se violentamente lícita, e categoricamente estimulada pelo Estado, engendrando, nessa conjuntura, a fragmentação dos territórios em meio à potenciais conflitos socioambientais.

Nesse sentido, e, de acordo com Santos (2011), o território tornar-se esquizofrênico, pois na medida em que incorpora os vetores da globalização, que por sua vez, impõem uma nova ordem e uma nova dinâmica territorial, emerge, por conseguinte, uma contra-ordem, potencializando o surgimento de pobres, excluídos e marginalizados; a exemplo da implantação do Complexo Porto Sul, que devido ao processo de expropriação da área requerida, marginalizará a população até então residente nessa localidade, alterando seu comportamento e modo de vida, assim como sua capacidade de subsistência, já que o empreendimento impactará negativamente atividades relacionadas com a agricultura e a pesca (RIMA, 2011), sendo que essas últimas além de servirem de subsistência, serve também como única fonte de renda para uma parcela significativa da população dessa região.

Ressalta-se ainda que obras de grande porte demandam um grande contingente de mão de obra no período de sua construção, motivando um intenso fluxo migratório para a região que os sedia, aumentando a demanda por serviços sociais básicos como saúde, educação, moradia, etc., potencializando problemas sociais como o aumento dos índices de violência, prostituição infantil, favelização, pobreza, etc. Além de ter como consequência ao término da fase de construção, a marginalização de grande parte dos trabalhadores e de seus dependentes, que não serão absolvidos pelos empreendimentos na fase de operação, deixando-os na condição de desempregados, potencializando os problemas sociais supracitados.

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se evidente a leviandade do Estado em primar por um patrimônio natural de tamanha importância como a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, corroborando sua submissão ante o grande capital, favorecendo-o, em desfavor do bem-estar socioambiental; haja vista que o Complexo Porto Sul foi planejado primordialmente para saciar o ávido processo de acumulação do capital de grandes empresas, fundamentando-se na depredação dos recursos naturais bem como na marginalização das populações que estão na área requisitada; tendo no discurso do progresso mútuo entre empresas e população, um instrumento de cooptação eficaz para o êxito dos seus intentos, que por sua vez, acaba por distorcer a percepção do modelo de desenvolvimento que se poderia ter, compatível com a realidade e potencialidade que os recursos naturais e culturais da região oferecem, fundamentado em possibilidades mais viáveis e justas tanto do ponto de vista ambiental quanto do social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. Ilhéus: Passado e Presente. 2ª edição. Ilhéus: Editus - Editora da UESC, 2003

ARAÚJO, M.; ALGER, K; ROCHA, R. e MESQUITA, C. A. B. A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. Série Cadernos da Reserva da Biosfera. Caderno 8. Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_08.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

BAHIA, 2014. Casa Civil. Antaq publica outorga para construção do Porto Sul. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=720%3Aantaq-publica-outorga-para-construcao-do-porto-sul&catid=34%3Anoticias-geral&Itemid=99>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BAHIA, Porto Sul - Implantação sob a regência da MP 595/12 Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=124614&tp=1>>. Acesso 02 fev. 2014.

BRASIL, Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

XV ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UESC
ANÁLISE ESPACIAL, TEÓRICA E PRÁTICA NO SABER GEOGRÁFICO
DE 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2014 - ILHÉUS-BA

da Natureza e dá outras providências, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 02 fev. 2014.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP autoriza instalação de dois novos TUP em Ilhéus (BA), 2014. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/noticias/noticias-2014/janeiro/sep-autoriza-instalacao-de-dois-novos-tup-em-ilheus-ba/?searchterm=porto%20sul%20Bahia>>. Acesso em 15 jan. 2014.

CARLOS, A. F. A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

ESPERANÇA CONDURU. Corredor Ecológico Esperança Conduru. “Uma conexão entre o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) e o Parque Municipal da Boa esperança (PMBA)”, 2012. Disponível em: <<http://www.esperancaconduru.org/v1/o-projeto/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

BRASIL. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Porto Sul, 2011. Disponível em: <<<<http://licenciamento.ibama.gov.br/Porto/Porto%20Sul%20-%20Bahia/RIMA/Rima-FINAL-06_09_2011_ITC.pdf>>>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Ações e Programas - Ferrovias Valec, 2012. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FIOLCaetiteBarreiras.php>. Acesso em: 30 jan. 2014.